

WORKSHOP

CANDIDATURAS SAMA2020

Medidas Transversais de Racionalização das TIC

JUNHO2016

ama AGÊNCIA PARA A
ACERTECIZACÃO
ADMINISTRATIVA
PRESENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

DETALHE DAS OPERAÇÕES PRÉ-FORMATADAS

Medidas Transversais de Racionalização das TIC

OBJETIVO

Visa a obtenção de maior eficiência e a redução com os custos com os serviços TIC, com as comunicações, com as estações de trabalho e com os centros de dados.

SUBPROJETOS e LIMITES DE INVESTIMENTO

A – Racionalização da Função Informática - 150 k €

B - Racionalização das Comunicações - 100 k €

C – Disponibilização de Serviços na Cloud - 200 k €

D – Virtualização de Desktops - 150 k €

E – Implementação e Migração para Soluções em Software Livre - 150 k €



DETALHE DAS OPERAÇÕES PRÉ-FORMATADAS

Medidas Transversais de Racionalização das TIC (cont.)

Dotação e Valor máximo por candidatura

4M € Dotação incentivo disponível

750 k € por operação

Prazo de execução

24 meses

DESPESAS ELEGÍVEIS

- Serviços
- Software
- Hardware
- Comunicações
- Centros de Dados
- Divulgação
- Pessoal Técnico
- Formação



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática

A definição de uma Governança e a racionalização da função TIC a nível das áreas governativas deverá atuar como catalisador de projetos estruturantes de racionalização tecnológica, modernização administrativa e de interoperabilidade entre os sistemas e organismos que as compõem e permitirá melhor gerir os recursos humanos, financeiros e técnicos disponíveis, disponibilizar serviços transversais a cada uma das áreas governativas e assim melhor rentabilizar a capacidade e a qualidade dos serviços TIC prestados.

Limite de investimento

150k € Dotação incentivo disponível por organismo aderente à candidatura

Prazo de execução

24 meses



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática

Objectivos a atingir

- 2017: Formalização das orgânicas (intra) Ministeriais de Governação das TIC.
- 2017: Planos anuais de projetos e investimentos TIC a nível de cada área governativa – (1º semestre).
- 2017: Implementação de Modelo para a Racionalização da Função TIC em cada área governativa (1º semestre).
- 2017: Publicação de catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço TIC prestados centralmente por cada área governativa.
- 2018: 40% dos recursos humanos TIC prestam serviços transversais a cada área governativa.



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática

Levantamento Eagle em Outubro de 2012 (7 de 11 Ministérios) revelou que as competências TIC encontram-se dispersas na AP

	FTEs TIC	FTEs TOTAIS	% FTEs TIC
MS	571	84510	0,68%
MF	408	13638	2,99%
MEC	61	1479	4,12%
MAMAOT	309	10122	3,05%
MAI	185	170498	0,11%
PCM	160	3605	4,44%
MNE	50	1737	2,88%
Totais	1744	285589	0,61%

Gartner sugere um ratio de 70:1 colaboradores por cada profissional de helpdesk (1,4%)



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática

Dados da DGAEP de março de 2015 (toda a AP) confirma dispersão dos recursos

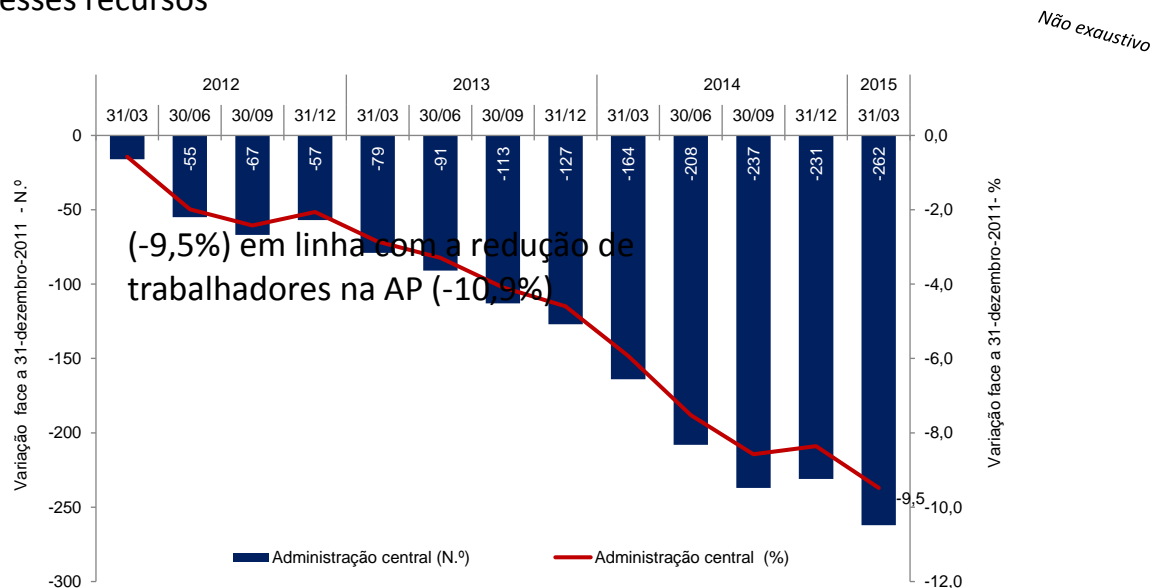
Não exaustivo

Ministério	31 março 2015 (p)		
	Informático	Total de trabalhadores	Peso (%)
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes	53	12 717	0,4
Presidência do Conselho de Ministros	141	4 909	2,9
Ministério da Administração Interna	97	46 441	0,2
Ministério da Agricultura e do Mar	160	6 513	2,5
Ministério do Ambiente, Ordenam. do Territ. e Energia	74	2 028	3,6
Ministério da Defesa Nacional	128	35 705	0,4
Ministério da Educação e Ciência	750	206 883	0,4
Ministério da Economia	117	3 982	2,9
Ministério das Finanças	341	13 372	2,6
Ministério da Justiça	90	15 097	0,6
Ministério dos Negócios Estrangeiros	30	2 861	1,0
Ministério da Saúde	157	29 245	0,5
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segur. Social	356	18 982	1,9
Trabalhadores em Requalificação	8	1 439	0,6
Total	2 502	400 174	0,6



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática

Dados da DGAEP de março de 2015 (toda a AP) confirma tendência para a redução desses recursos



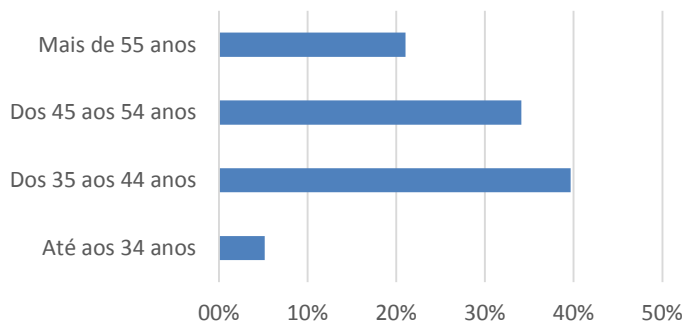
Redução de recursos TIC (-9,5%) em linha com a redução de trabalhadores na AP (-10,9%)

Subprojeto A - Racionalização da Função Informática

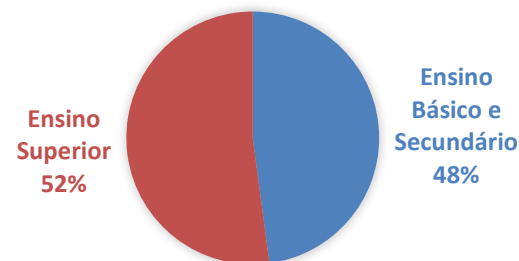
Dados da DGAEP de março de 2015 (toda a AP) revelam que mais 55% dos recursos TIC da AP têm mais de 45 anos e metade tem formação superior

Não exaustivo

Distribuição Etária Carreira TIC na AP



Formação dos Recursos TIC

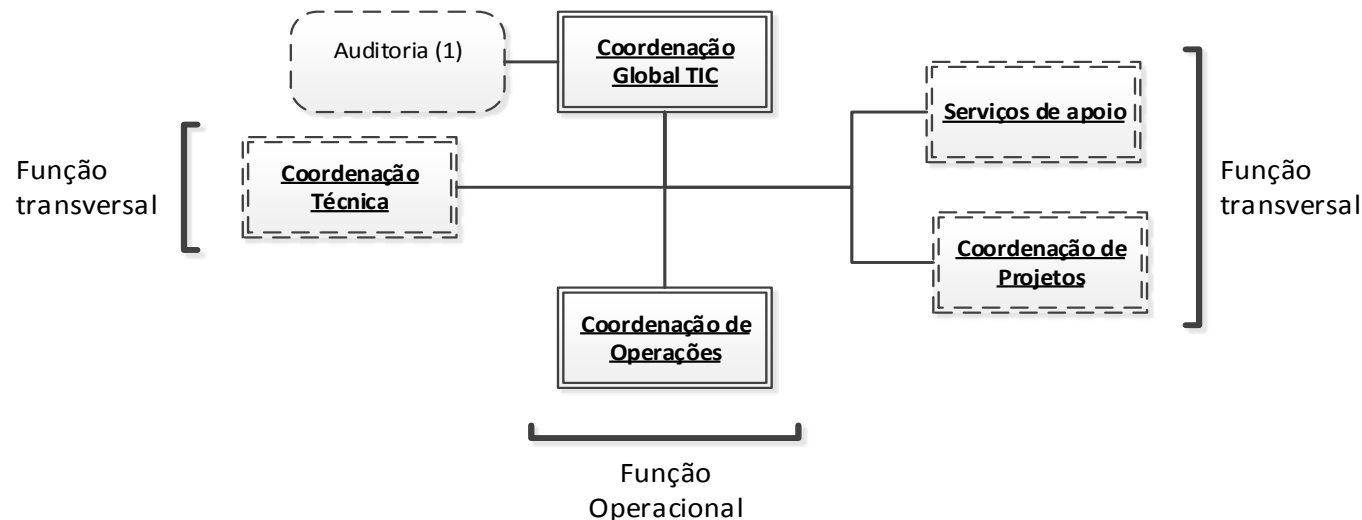


A renovação dos recursos e conhecimentos TIC da AP não está garantida

Embora exista um grau de formação elevado dos recursos TIC não quer dizer que a formação seja em TIC



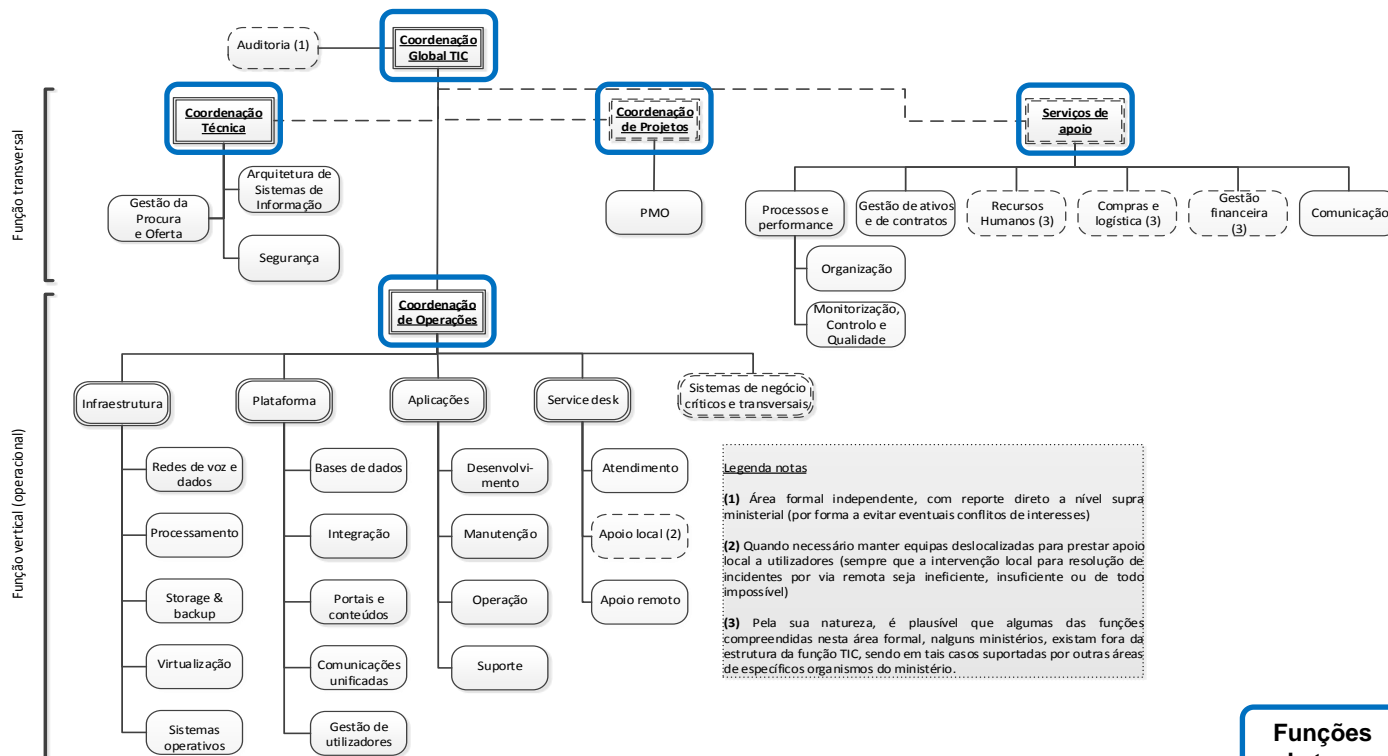
Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



Legenda notas

(1) Área formal independente, com reporte direto a nível supra ministerial (por forma a evitar eventuais conflitos de interesses)

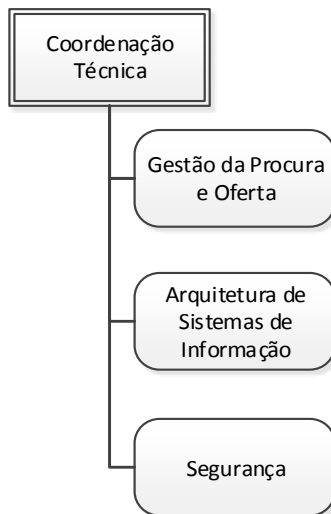
Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



Funções de topo



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



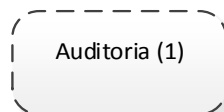
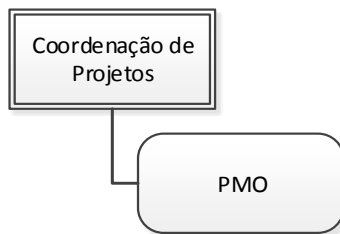
Coordenação Técnica

- **Gestão de Procura e Oferta**
 - Responsável pela gestão do relacionamento da função TIC com os organismos clientes do ministério.
- **Arquiteturas de Sistemas de Informação**
 - Deverá definir a estrutura arquitetural a vários níveis (tecnologia, informação, aplicacional, etc.) e garantir o seu respeito e aplicação transversal nas soluções implementadas por parte da função TIC
 - Poderá ter de servir transversalmente as demais áreas formais da função TIC, tanto em termos de ações concretas como a título de consultoria e orientação
- **Segurança**
 - Deverá garantir as estratégias ministeriais e interministeriais relativas às áreas de segurança e privacidade
 - Poderá ter de servir transversalmente as demais áreas formais da função TIC, tanto em termos de ações concretas como a título de consultoria e orientação

Não exaustivo



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



Coordenação de Projetos

- PMO (*Project Management Office*)
 - Esta área justifica-se nos ministérios que desenvolvam projetos geridos internamente em número, complexidade ou criticidade considerável. Deve poder suportar os projetos com:
 - Papel consultivo, para o estabelecimento de boas práticas na gestão dos projetos
 - Papel interventivo e estratégico, intervindo na gestão de projetos

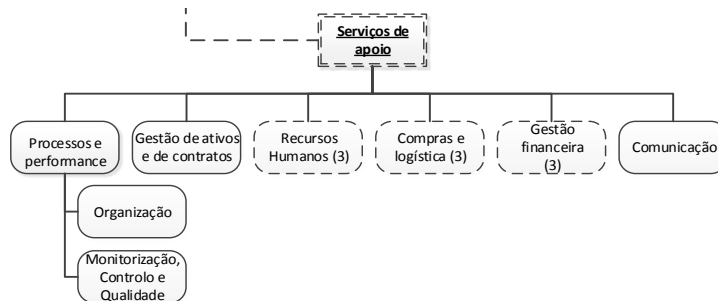
(1) - Auditoria

- Área formal independente, com reporte direto a nível supra ministerial (por forma a reduzir eventuais conflitos de interesses)
- Responsável pela análise do cumprimento dos processos e dos parâmetros definidos pela Organização e pela deteção de padrões ou comportamentos internos ou externos à organização que coloquem em risco o objetivo, funcionamento ou imagem da mesma, ou o interesse dos stakeholders envolvidos

Não exaustivo



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



Serviços de apoio críticos:

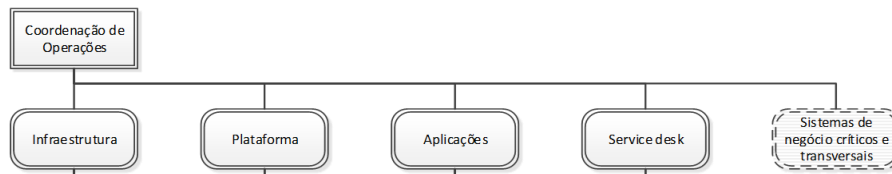
- **Processos e Performance: Organização:** Responsável pela definição de todos os processos que deverão ser seguidos durante a execução dos serviços prestados e atividades executadas pelo órgão TIC
- **Processos e Performance: Monitorização, Controlo e Qualidade:** Responsável pela definição de indicadores e monitorização de resultados com objetivos de garantia de qualidade e de melhoria contínua. Garante da qualidade dos serviços e/ou soluções prestadas e/ou desenvolvidas pela função TIC no respeito das definições estratégicas e operacionais da sua operação.
- **Gestão de Contratos e Ativos:** Responsável pela gestão de contratos e outros ativos de forma centralizada e transversal a toda a função TIC, por forma a garantir vantagens em termos de uma otimização do mesmos contratos e ativos em função dos objetivos e interesses do ministério e uma potencial racionalização dos respetivos custos.
- **Comunicação:** Deverá servir de apoio a ações de Comunicação (interna ou externa), relativamente às ações em curso (comunicação da gestão de mudança) e apoio ao marketing de serviços disponibilizados. Suporta também as áreas operacionais na garantia de consistência da imagem nos canais eletrónicos e presenciais

Serviços de apoio opcionais:

- É plausível que algumas das funções existam já fora da estrutura da função TIC. Exemplos:
 - Gestão de RH enquadrado nas funções transversais das Secretarias Gerais
 - Gestão de compras e logística enquadrados numa unidade central de compras autónoma
 - Gestão financeira de fluxos de pagamentos e recebimentos

Não exaustivo

Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



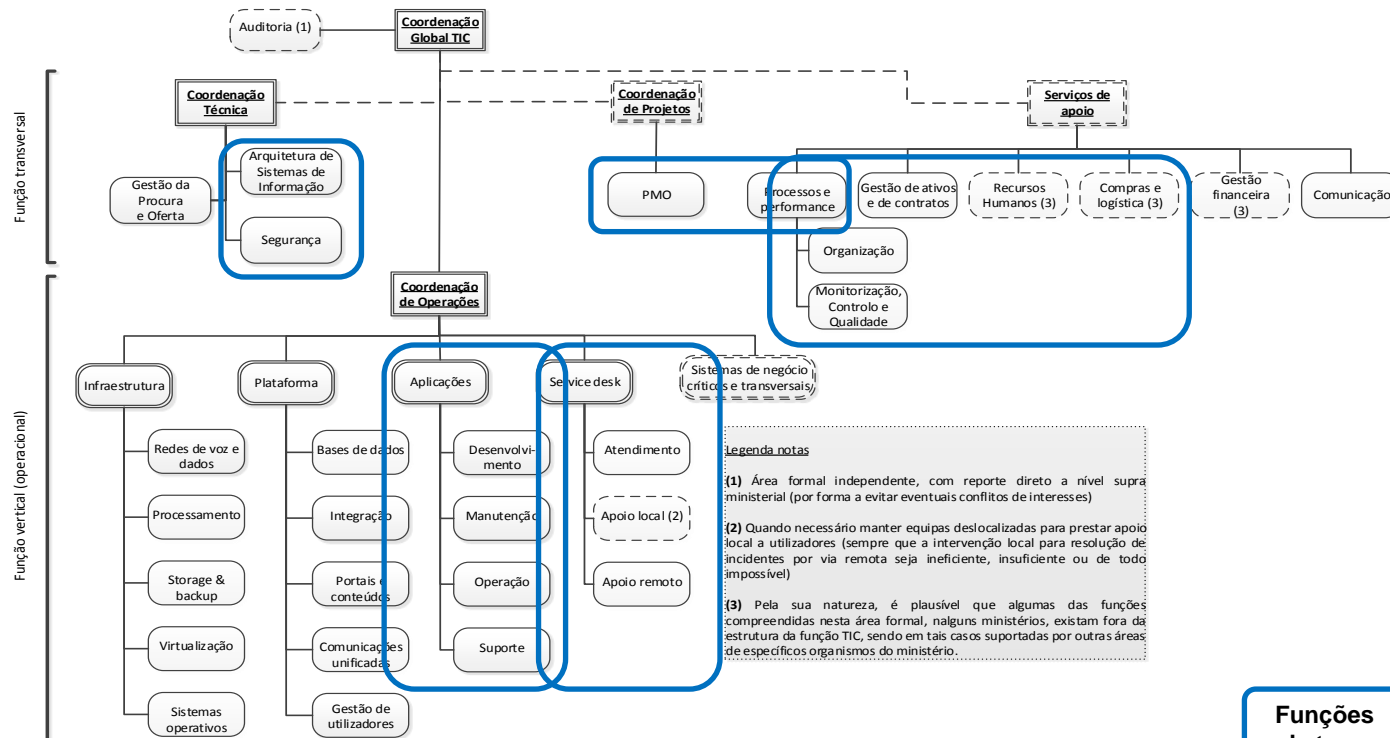
Coordenação de Operações

- **Infraestruturas:** Responsável pelas diversas infraestruturas tecnológicas físicas, virtuais, e ao nível de sistemas operativos que servem o ministério. Ex: Redes de voz e dados, Storage & backup, Virtualização.
- **Plataformas:** Responsável pelos serviços de IT necessários subjacentes a todo o funcionamento aplicacional do ministério. Ex: serviços de gestão Bases de Dados, gestão da Active Directory.
- **Aplicações:** Deverá cobrir as funções de 1) desenvolvimento, 2) manutenção, 3) operação e/ou 4) suporte aplicacional. A realidade e necessidades específicas de cada ministério determinarão a necessidade de existência e respetiva dimensão de cada uma destas funções. Deverá poder para o efeito incorporar as competências necessárias com recursos próprios ou (sub)contratados no mercado, respeitando os objetivos, estratégias e interesses do ministério.
- **Service desk:** Serviços de atendimento de 1ª linha centralizado dedicado ao primeiro contacto com os utilizadores e triagem dos incidentes/pedidos recebidos, com redireccionamento para equipas de 2ª linha locais e centralizadas. Resposta onsite poderá ser efetuada por equipas permanentemente *onsite* (para clientes de grande dimensão) ou enviadas casuisticamente.
- **Sistemas de negócio críticos e transversais:** Responsável por sistemas críticos e transversais (ao Ministério), de complexidade funcional e/ou tecnológica elevada, que justifiquem, caso a caso, a sua autonomização no modelo organizativo centralizado

Não exaustivo



Subprojeto A - Racionalização da Função Informática



Funções de topo



Subprojeto A – Racionalização da Função Informática

Atividades a Desenvolver

Optativo - Efetuar levantamento da função TIC

Caracterizar a nível das áreas governativas a maturidade dos serviços TIC prestados nos organismos e na área governativa, assim como os recursos humanos, técnicos e financeiros associados, detalhando neste ponto, nomeadamente as competências TIC, os custos associados e o gap de competências existente. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas TIC ao nível de cada área governativa.

Obrigatório - Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC a nível das áreas governamentais

Definir e implementar em cada área governativa um modelo para a prestação de serviços TIC que inclua, nomeadamente, a organização, business case, as competências, o reporte, as competências necessárias, o catálogo de serviços, o plano de migração dos recursos, a monitorização e as normas comuns. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas TIC ao nível de cada área governativa.

Subprojeto A – Racionalização da Função Informática

Investimentos

Efetuar levantamento da função informática a nível das áreas governativas

- 10.000 a 35.000 Euro

Propor e acompanhar a implementação do Modelo para a Racionalização da Função TIC da função informática a nível das áreas governativas

- 40.000 a 100.000 Euro



Subprojeto B - Racionalização das Comunicações

Através da implementação das redes de comunicações por área governativa e entre os Ministérios será possível criar uma rede da AP mais racional, mais segura e mais vantajosa em termos de custos, eliminando inúmeros circuitos ponto-a-ponto que se tornarão desnecessários. Esta rede deverá suportar um conjunto de serviços alargado, nomeadamente, de dados, de acesso à Internet, de voz, de vídeo e mensagens, assim como outros serviços mais especializados, como, por exemplo, serviços de securização.

Limite de investimento

100k € Dotação incentivo disponível por organismo aderente à candidatura

Prazo de execução

24 meses



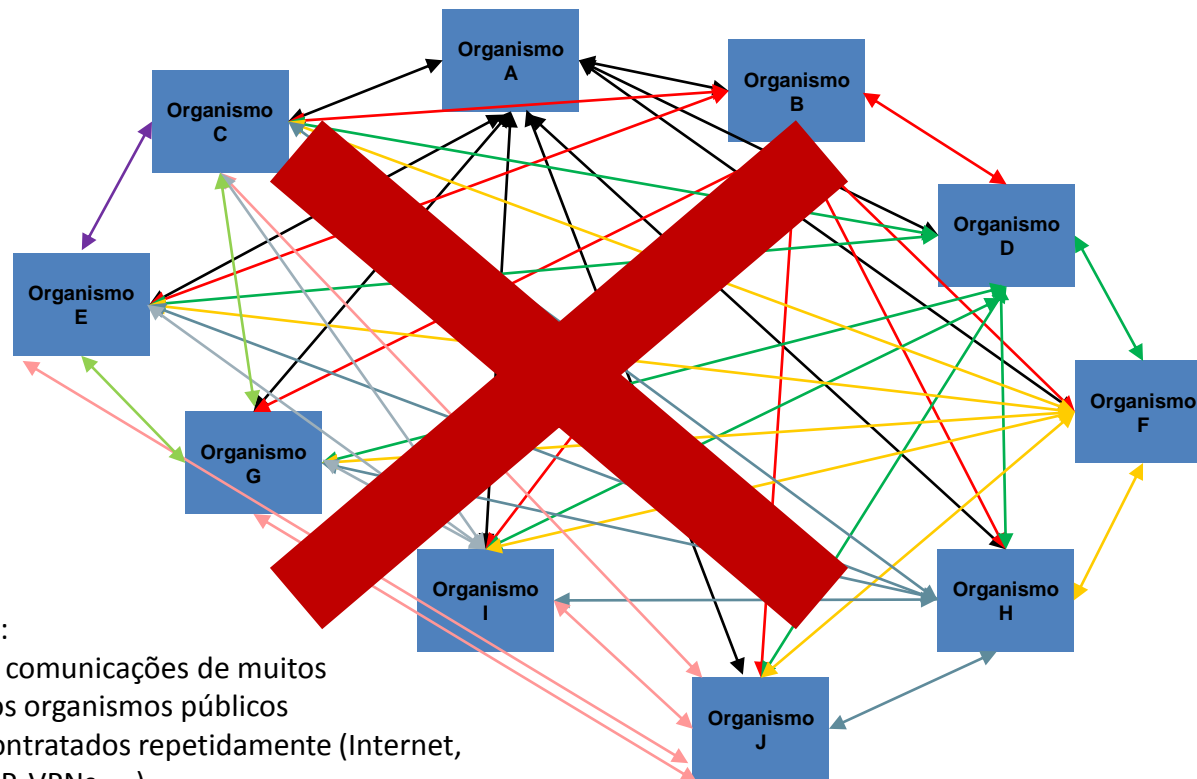
Subprojeto B - Racionalização das Comunicações

Objectivos a atingir

- 2016: Todas as áreas governativas estarão ligadas ao PTT.
- 2016: 30% dos organismos das áreas governativas racionalizarão as redes de comunicações e consomem serviços de conectividade e de Internet fornecidos transversalmente pelas áreas governativas.
- 2017: 30% das entidades públicas em cada área governativa falarão sem custos dentro da AP.
- 2018: 90% das entidades públicas falarão sem custos dentro da AP.
- 2019: 90% dos organismos consumirão exclusivamente serviços de conectividade e de Internet fornecidos transversalmente pela respetiva área governativa.



Subprojeto B - Racionalização das Comunicações

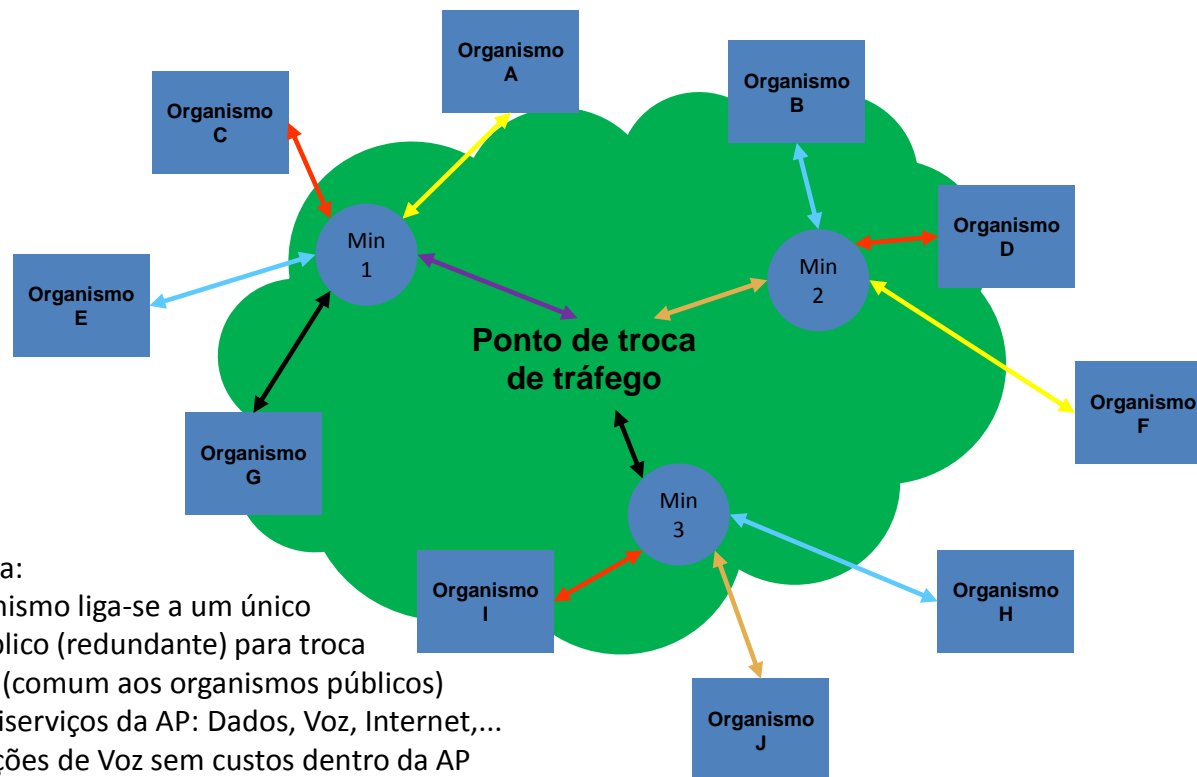


Situação atual:

- Ligação de comunicações de muitos para muitos organismos públicos
- Serviços contratados repetidamente (Internet, Dados, VoIP, VPNs, ...)



Subprojeto B - Racionalização das Comunicações



Situação futura:

- Cada organismo liga-se a um único ponto público (redundante) para troca de tráfego (comum aos organismos públicos)
- Rede Multiserviços da AP: Dados, Voz, Internet,...
- Comunicações de Voz sem custos dentro da AP

Subprojeto B - Racionalização das Comunicações

A solução passa pela utilização de protocolo (ENUM) antes de passar cada chamada para a rede do Operador de Telecomunicações

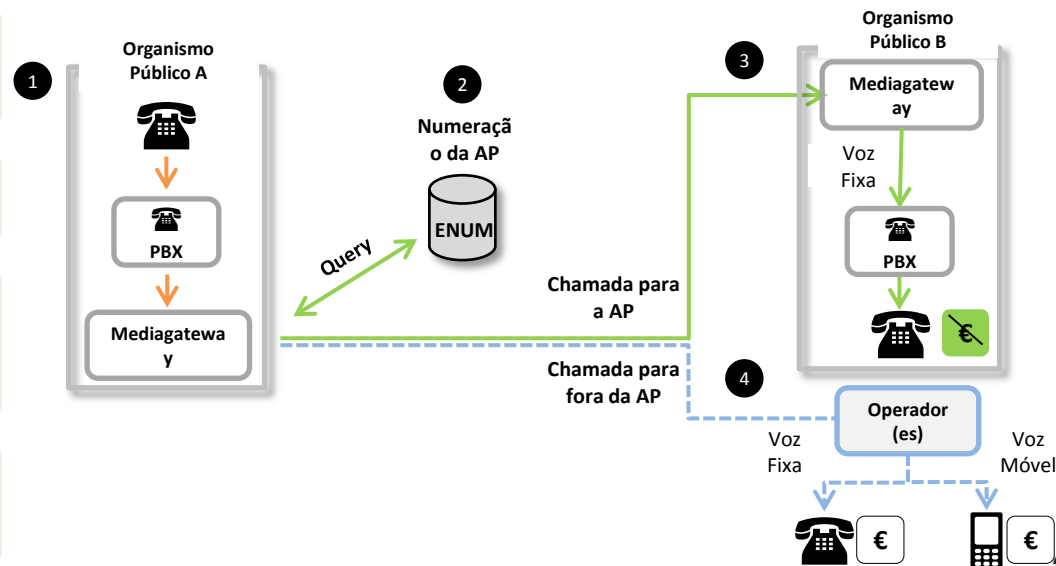
Por cada chamada, o *gateway* acede à base de dados (ENUM) para verificar se o número destino da chamada pertence à AP. Caso pertença à AP chamada é encaminhada para o IP a que o número de destino está associado (não usando a rede do operador).

1 É efetuada uma chamada a partir do organismo A, a qual é reencaminhada para o *Mediagateway* local.

2 A chamada é enviada para verificação do número destino no ENUM.

3 Se chamada para número da AP, é reencaminhada para o *Mediagateway* do Organismo destino e entregue no organismo B.

4 Se chamada para fora da AP, é reencaminhada para o operador destino e posteriormente entregue ao destinatário.



Subprojeto B – Racionalização das Comunicações

Atividades a Desenvolver

Optativo - Levantar capacidade existente

Efetuar levantamento das comunicações fixas e móveis de voz e dados existentes a nível Ministerial, caracterizando por um lado os canais de voz e os circuitos de dados e de Internet existentes de acordo com a sua capacidade e custos e por outro os consumos de voz (nomeadamente de acordo com a rede de destino (fixa, móvel, internacional ou para outros organismos do Ministério ou da AP)) e os circuitos de dados e de Internet (nomeadamente de acordo com a sua utilização, criticidade e destino (outros organismos do Ministério, outros organismos públicos, entidades privadas)). Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas Comunicações ao nível de cada área governativa.

Obrigatório - Implementar rede comum de comunicações multiserviços

Ligação de todas as áreas governativas ao Ponto de Troca de Tráfego da AP e ligação dos organismos à rede de comunicações da área governativa, abrangendo os serviços de troca de dados, comunicações de voz, Internet, segurança, vídeo, telepresença e mensagens. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas Comunicações ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Obrigatório - Racionalizar comunicações

Racionalização dos de circuitos de dados e de Internet e dos canais de voz a nível ministerial, pela disponibilização/ consumo de serviços de Internet e de conectividade prestados a nível da área governativa e através da adoção da tecnologia ENUM e VoIP, de modo a diminuir a despesa com comunicações de voz e reduzir para zero o custo das comunicações de voz entre organismos da AP Central. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas Comunicações ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Subprojeto B – Racionalização das Comunicações

Investimentos

Efetuar levantamento dos circuitos e canais e custos com Comunicações existente a nível da área governativa

- 15.000 a 35.000 Euro

Adesão pela área governativa ao Ponto de Troca de Trafego Interoperável da Administração Pública

- [4 000 € a 12 000 €], considerando prazo de 12 meses de fornecimento

Adesão à rede de comunicações da área governativa por cada organismo

- [4 000 € a 12 000 €], considerando prazo de 12 meses de fornecimento

Comunicações de voz sem custos na AP

- Número de Canais x [60€ a 250€] + [0€ a 5000€](Instalação)

DETALHE DAS OPERAÇÕES PRÉ-FORMATADAS

Subprojeto C – Disponibilização de Serviços na Cloud

Propõe-se rentabilizar a capacidade de Centros de Processamento de Dados existente. Nesse sentido, a criação da nuvem interoperável da AP permitirá facilitar aos organismos públicos fornecedores a disponibilização online a capacidade em excesso, para que aqueles que pretendam usufruir o possam fazer também online numa lógica de self-service. Esta nuvem deverá ser capaz de complementar a oferta da nuvem da AP com oferta dos fornecedores privados sempre que for tecnicamente e economicamente viável do ponto de vista da natureza dos sistemas e dos dados.

Limite de investimento

200k € Dotação incentivo disponível por organismo aderente à candidatura

Prazo de execução

24 meses



Subprojeto C – Disponibilização de Serviços na Cloud

Objectivos a atingir

- 2017: Centralização em cada área governativa de 40% dos centros de dados/salas técnicas;
- 2017: Redução do número de entidades prestadoras de serviços de e-mail, de partilha de ficheiros e de Internet para o máximo de 3 por área governativa (administração direta, indireta e EPE);
- 2019: Centralização nas áreas governativas de 90% dos centros de dados/salas técnicas (1º semestre);



Subprojeto C – Disponibilização de Serviços na Cloud

Clouds e Datacenters

Levantamento em 7 Ministérios

SALAS TÉCNICAS ⁽¹⁾

Nº Salas Técnicas /Grandes Datacenters

ST	6050
GDC	15

Área Total (m²)

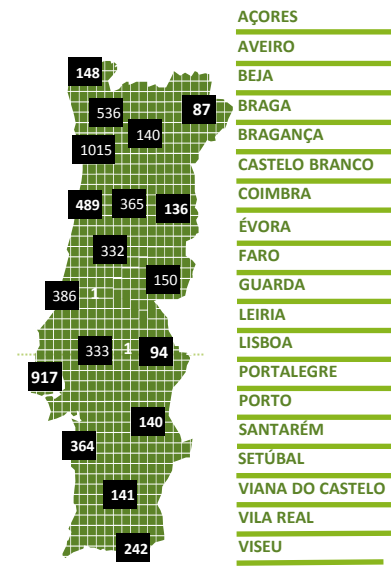
13093

PUE Médio

2,6

⁽¹⁾ Excluídas as Salas Técnicas que sejam utilizadas no âmbito da contratação de serviços de alojamento de servidores / housing.

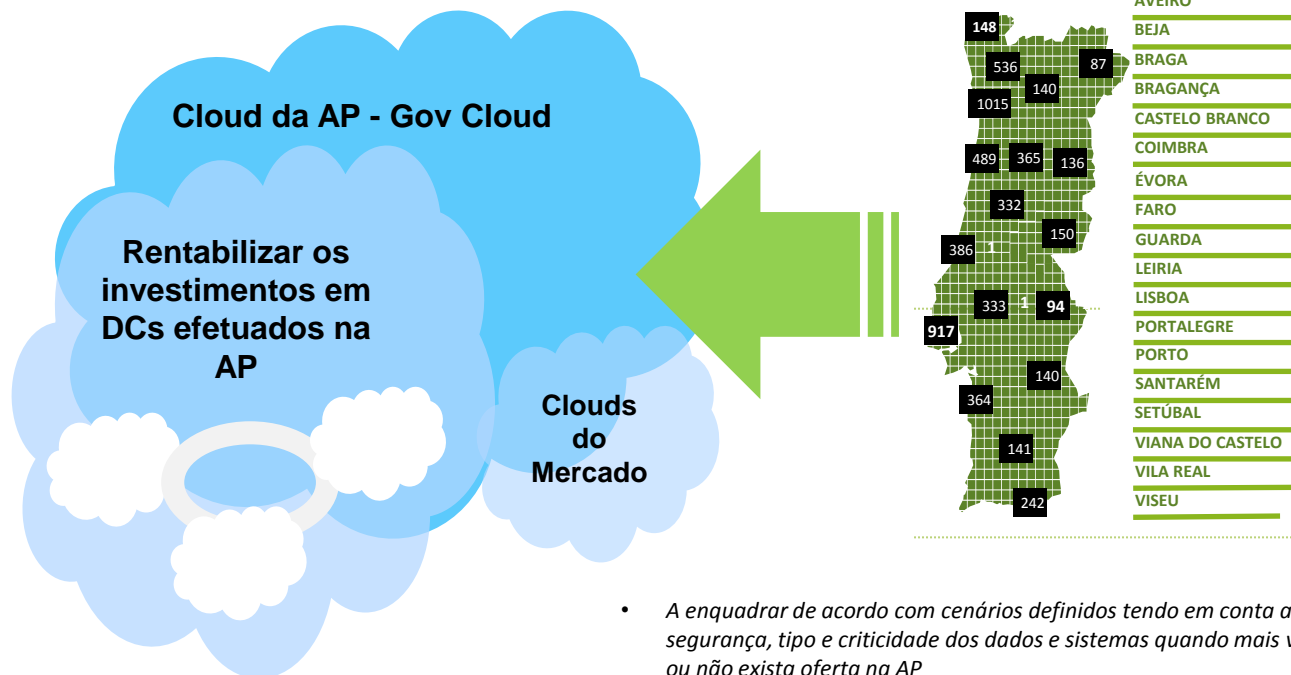
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



Subprojeto C – Disponibilização de Serviços na Cloud

Clouds e Datacenters

Cloud da AP – Gov Cloud



- *A enquadrar de acordo com cenários definidos tendo em conta a segurança, tipo e criticidade dos dados e sistemas quando mais vantajoso ou não exista oferta na AP*



Subprojeto C – Disponibilização de Serviços na Cloud

Atividades a Desenvolver

Optativo - Levantar capacidade existente

Efetuar levantamento dos centros de dados da área governativa, identificando e categorizando a capacidade existente de acordo com os tipos de serviços prestados, segurança, fiabilidade e custos. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelos Centros de Processamento de Dados ao nível de cada área governativa.

Obrigatório - Migração dos servidores dos organismos para a o centro de dados da área governativa ou para a nuvem interoperável da AP

Migrar os servidores dos organismos que compõem cada área governativa para a nuvem ou um conjunto reduzido de centro de dados que asseguram a qualidade dos serviços de centro de processamento de dados prestados e custos mais vantajosos. Dando especial enfoque à racionalização dos serviços de correio eletrónico, alojamento de sites e de partilha de ficheiros (fileshare). Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelos Centros de Processamento de Dados ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Obrigatório - Utilizar nuvem interoperável da AP

Garantir que não existe novo investimento em Centros de Processamento de Dados enquanto existir capacidade disponível a nível das áreas governativas e transversalmente na AP através da operacionalização da Rede de Serviços Partilhados TIC da AP (RSPTIC). Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelos Centros de Processamento de Dados ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Subprojeto C – Disponibilização de Serviços na Cloud

Investimentos

Efetuar levantamento dos Centros de Dados e Servidores existentes a nível da área governativa

- 10.000 a 35.000 Euro

Migração de servidores para Centro de processamento de dados da área governativa

- Número de bastidores x [5.000 € a 25.000 €]

Correio Eletrónico em nuvem

- Número de caixas de email x [1 € a 5€] x 12 + [0€; 20.000€] (Serviços Migração) [assumindo 12 Meses de fornecimento]

Sítio ou serviços da internet em nuvem:

- Sites Institucionais
 - 5000 Euros por site (Assumindo 12 Meses de fornecimento)
- Sites de serviços
 - 20 000 Euros por site (Assumindo 12 Meses de fornecimento)

Serviço de Partilha de Ficheiros em nuvem

- Nº de utilizadores x Nº de Terabytes x [25€; 150€] + Serviços Migração [0 €; 5000€] (assumindo 12 Meses de fornecimento)



Subprojeto D – Virtualização de Desktops

Com a desmaterialização dos postos de trabalho e com a disponibilização de acesso a esses postos de trabalho virtuais remotamente através de qualquer dispositivo, abre-se o caminho para inúmeros ganhos de produtividade, como a standardização dos ambientes de trabalho (desktop de referência) e redução dos custos com manutenção e suporte, mas também para novos desafios, tais como permitir que colaboradores da AP executem em qualquer lugar a sua função e as questões que daí resultam para a segurança dos sistemas e dados, por exemplo.

Limite de investimento

150k € Dotação incentivo disponível por organismo aderente à candidatura

Prazo de execução

24 meses



Subprojeto D – Virtualização de Desktops

Objectivo a atingir

- 2018: 1.000 estações de trabalho virtualizadas em cada área governativa.



Subprojeto D – Virtualização de Desktops

Atividades a Desenvolver

Obrigatório - Elaboração de levantamento e de business case

Realização de estudo que identifique as estações de trabalho existentes a nível das áreas governativas e caracterize custos e investimentos e outros fatores relevantes para a realização de um business case que permita aferir a viabilidade económica da adoção de estações de trabalho virtuais, nomeadamente, a idade, o licenciamento necessário, os incidentes e a disponibilidade, a existência de contratos de suporte e de manutenção e as necessidades dos diferentes tipos de utilizadores, e que quantifique os ganhos previsíveis. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas TIC ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Obrigatório - Disponibilização de infraestrutura a nível transversal e sectorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais

Disponibilização de infraestrutura de servidor e de terminais cliente (quando se justificar), incluindo serviços de suporte e manutenção, e disponibilização de serviços de migração das estações de trabalho atuais para estações de trabalho virtuais fornecidas como um serviço a nível das áreas governativas e/ou transversal à AP. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas TIC ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Subprojeto D – Virtualização de Desktops

Investimentos

Efetuar levantamento dos Postos de Trabalho existentes a nível das áreas governativas

- 10.000 a 35.000 Euro

Migração para estações de trabalho virtualizadas sem aquisição de zero ou thin clients

- Nº de desktops a migrar x 150 Euro [incluindo formação, serviços migração, implementação]

Migração para estações de trabalho virtualizadas com aquisição de zero ou thin clients

- Nº de desktops a migrar x [200 a 400 Euro] [incluindo formação, serviços migração, implementação, suporte e manutenção]

Subprojeto E – Implementação e Migração para Soluções em Software Livre

O Estado beneficia em vários eixos pela utilização de soluções de código aberto nos seus sistemas de informação, porque passa a ter acesso e controlo do código das soluções que utiliza, beneficia dos desenvolvimentos efetuados por uma comunidade alargada de contribuidores, entre os quais muitas vezes se encontram outros Estados, e permite que se criem e/ou reforcem competências no próprio Estado e no tecido económico local.

Limite de investimento

150k € Dotação incentivo disponível por organismo aderente à candidatura

Prazo de execução

24 meses



Subprojeto E – Implementação e Migração para Soluções em Software Livre

Objectivo a atingir

- 2017: Diminuição em 5% das necessidades de aquisição/desenvolvimento por reutilização de aplicações da AP em cada área governativa.
- 2017: Implementação de soluções de produtividade em software aberto em pelos menos 30% das estações de trabalho em cada área governativa.
- 2018: Migração de pelo menos 20% das estações de trabalho para sistema operativo em Software de Código aberto em cada área governativa.



Subprojeto E – Implementação e Migração para Soluções em Software Livre

Atividades a Desenvolver

Optativo - Efetuar levantamento do licenciamento existente a nível das áreas governativas

Caracterizar a nível das áreas governativas o licenciamento de software adquirido e em uso, assim como a existência de contratos e os custos de suporte e manutenção e identificar oportunidades de migração para software de código aberto, nomeadamente para software servidor e estações de trabalho (sistemas operativos e aplicações de produtividade). Efetuar business case relativo à migração para software de código aberto na área governativa. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pela função informática transversal ao nível de cada área governativa.

Obrigatório - Propor plano e executar a migração para software de código aberto

Definir e implementar em cada área governativa um plano de migração de software servidor e de estações de trabalho (sistema operativo e soluções de produtividade) quando for tecnicamente possível e se revelar mais vantajoso. Destina-se às entidades que assumam a responsabilidade pelas TIC ao nível de cada área governativa e aos organismos públicos.

Subprojeto E – Implementação e Migração para Soluções em Software Livre

Investimentos

Efetuar levantamento do Licenciamento existente a nível das áreas governativas

- 10.000 a 35.000 Euro

Migração para estações de trabalho em código aberto

- Nº de desktops a migrar x 150 Euro [incluindo formação, serviços migração, implementação]

Migração para estações para soluções de produtividade em código aberto

- Nº de desktops a migrar x 100 Euro [incluindo formação, serviços migração, implementação]

AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

JUNHO 2016 | AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

